



O governo Tarcísio anuncia o leilão da privatização das escolas em São Paulo: É urgente a tarefa de chamar uma assembleia para definir a luta contra a investida do governo!

 Avança o projeto privatista do governo de Tarcísio, que já entregou a Sabesp e parte do metrô, e agora anuncia para o dia 29 de outubro o leilão que entrega ao setor privado a gestão de parte das escolas estaduais. É descarada a sanha dos capitalistas, que elegem seus governos testas de ferro para pegar o dinheiro público, fazer obras de grande porte, para depois entregar ao setor privado, aprofundando a exploração sobre os trabalhadores e ampliando seus lucros. O mesmo se pretende fazer com as escolas, onde atualmente os serviços de limpeza, merenda e segurança (quando existem) já estão nas mãos da iniciativa privada. Muitos desses trabalhadores ficam sem remuneração, pois as firmas pegam o dinheiro dos governos, depois

decretam falência para não pagar os salários e seus direitos trabalhistas. É para isso que servem as privatizações e terceirizações, para aumentar a carga de trabalho, reduzindo o número de funcionários, e rebaixar os valores dos salários, ampliando os lucros dos capitalistas.

A burguesia como classe dominante em todo o mundo se depara com a crise de superprodução. Para tentar resolvê-la, cada vez mais a despeja sobre os trabalhadores, com as contrarreformas da previdência, trabalhistas, reformas do ensino público, privatizações, terceirizações e redução dos gastos com os serviços públicos.

Nos diferentes países do mundo, governos da extrema direita ou de centro direita, assim como os governos ditos de esquerda, se diferenciam somente nos

discursos, porque, em comum, aplicam as medidas ditadas pelo grande capital. No caso do Brasil, temos o governo burguês de Lula/Alckmin que, além de não ter revertido as reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio, vai além, aplicando seu arcabouço fiscal, que estrangula e retira as verbas dos setores públicos, como educação, saúde, moradia, entre outros. Que tenta impor a reforma tributária, ampliando os impostos sobre os mais pobres e a classe média.

A direção do sindicato tem a obrigação de chamar uma assembleia em caráter de urgência, amplamente divulgada, com a passagem nas escolas, para que os professores possam traçar uma linha de organização que possa responder a esse e a outros ataques que sofre a categoria. 

As resoluções draconianas de Feder prometem mais uma vez levar os professores ao caos no processo de atribuição de aulas

 Desde a Pandemia, o governo impôs as atribuições de aulas de forma on-line. De lá para cá, foram retirados todos os elementos que garantiam o mínimo de transparência ao processo. Os supervisores e diretores têm total controle sobre as atribuições, e colocam para dentro das escolas somente os professores que estão "dentro do perfil", no caso, preferencialmente professores que aceitam passivamente todo o autoritarismo do sistema sem reclamar. Com a falácia da recondução, os professores contratados, tanto nos PEIs quanto nas regulares, são disciplinados para seguirem à risca a política do governo. No entanto, com o último concurso, pouquíssimos foram reconduzidos, uma vez que as atribuições foram feitas atra-

vés da lista de classificados nele. Milhares de professores ficaram desempregados ou subempregos com poucas aulas ou como eventuais.

A resolução 70, de 14 de junho de 2024, no seu artigo 8º, mantém os critérios da resolução anterior para os professores efetivos e da categoria F, reduzindo o principal critério, o da experiência profissional, para apenas 45% da composição da pontuação para as atribuições. Como segundo critério, coloca a assiduidade em 25%; desenvolvimento, 10%; jornada, 10%; e titulação, 10%. De todos esses, o critério de permanência em sala de aula é um absurdo, pois desconsidera completamente o ambiente insalubre das escolas, que leva os professores ao adoecimento e, consequentemente, a

faltarem. Outro completamente subjetivo é o que coloca o "desenvolvimento", desconsidera que, na esmagadora maioria das escolas, não existe uma estrutura mínima de trabalho. Esses critérios de atribuição já são os germes da privatização, que vem chegando.

Para os professores contratados, a situação é ainda pior, porque mais uma vez coloca o concurso como o principal critério, considerando sua nota como 90% para compor a pontuação e classificação, e a experiência profissional, apenas 10% do critério. Como podemos ver, o governo faz de tudo para colocar os professores mais experientes para fora do magistério público, essa medida levará a milhares de desempregados e subempregados no próximo ano. 

A FAMIGERADA PROVA DE MÉRITO E A NECESSIDADE DE SE AFIRMAR O BOICOTE. ERGUER A LUTA PARA ARRANCAR DO GOVERNO OS REAJUSTES E AUMENTOS DE SALÁRIOS

 Em 2009, José Serra impôs a meritocracia ao magistério, por meio da lei 1097/2009. Essa lei foi parte da política de arrocho salarial, que se estendeu pelos anos seguintes. Cinicamente, o governo colocou 25% de reajuste na primeira leva, para atrair os professores; depois, reduziu para 10,5%. Muitos professores que passaram na primeira edição da prova não conseguiram o reajuste, a

legislação coloca vários impeditivos para a sua realização, alguns deles como a assiduidade (80%), estar pelo menos três anos na mesma escola, interstícios a partir da segunda avaliação (da primeira para a segunda de 4 anos, e as demais, de 3 anos). Além de todos esses critérios impeditivos, a lei é também excludente, pois os professores contratados não têm o direito de fazer a prova.

continua |>

Em 2009, em assembleia sindical realizada na Praça da República, o sindicato aprovou o boicote a essa famigerada prova. De maneira inconsequente, uma parte da direção e de dos conselheiros que votaram pelo boicote fizeram a prova. Na época, fizemos a denúncia dessa imposta da direção.

Compreendemos que é necessário continuar defendendo o boicote à meritocracia, devemos continuar na perspectiva de exigir da direção burocrática da APEOESP que convoque uma assembleia para erguer a luta em defesa da isonomia salarial, trabalho igual salários iguais. ●

Os ataques são profundos e a direção burocrática da APEOESP colabora com o governo, ao se negar a organizar as lutas sob o método da luta de classes

 O governo nos ataca com sua política de arrocho salarial, com o desemprego e subemprego, com sua plataformização, com a privatização, etc. A direção do sindicato, no primeiro semestre, traiu abertamente a categoria, ao se recusar a chamar a greve, como resposta a todos os ataques. Nesse segundo semestre, a direção deu as costas para os professores, para se lançar às ilusões das eleições, a própria segunda presidente concorreu às eleições em sua cidade, Piracicaba, como

candidata a prefeita - ao que tudo indica, o objetivo de Bebel é a promoção de sua imagem para uma candidatura para as eleições federais em 2026.

Na última reunião do Conselho de Representantes, em agosto, a direção disse que suspenderia o ato contra as privatizações, porque o governo fará o leilão somente depois das eleições. É visível que a direção, com a sua política de pressão parlamentar e pressão jurídica, em detrimento de organizar a luta através da ação direta (greves, piquetes,

ocupações, etc.), não está disposta a se erguer contra as privatizações de Tarcísio. Sabotou a organização da greve, e agora chama a categoria para ir para à Bolsa de Valores para "protestar" contra o leilão. Foi essa a mesma política aplicada durante o processo das reformas da Previdência, Administrativa e da nova carreira, onde a direção, de forma traidora, se recusou a chamar a greve geral do funcionalismo, e a erguer a luta pelos métodos da luta de classes. Tarcísio com certeza fará como Dória fez na época da reforma

da Previdência, sitiando o espaço com a tropa de choque, garantindo que o leilão ocorra de forma tranquila.

É urgente a chamada de uma assembleia estadual para que a categoria possa definir os rumos da luta, rompendo com a política de conciliação da direção. ●

ASSEMBLEIA JÁ!
ORGANIZAR A LUTA
PELOS MÉTODOS DA
AÇÃO DIRETA!
ABAIXO A POLÍTICA
DE CONCILIAÇÃO!

LIBERDADE IMEDIATA AO PROFESSOR ADRIANO, PRESO POLÍTICO POR DEFENDER AS OCUPAÇÕES DOS SEM TETO!

O professor Adriano está preso, condenado por apoiar os movimentos de ocupação de imóveis para moradia dos sem teto. Foi sentenciado por "desacato" aos mesmos policiais que realizaram uma desocupação horas antes de sua prisão, no momento em que defendia uma mulher de uma agressão pelo marido. No seu processo, os policiais confessam que já o tinham na mira no momento da desocupação. Adriano está preso por sua trajetória de militante em defesa dos assalariados, sendo ele mesmo um morador de ocupação, apesar de professor da rede pública de ensino. O que por sua vez mostra como o capitalismo em decadência leva um professor a ter de morar nessa situação precária, tendo de sustentar com um baixo salário as famílias que formou durante a vida.

Adriano é um preso político. Sua prisão é um ataque ao conjunto dos movimentos sociais, em particular ao movimento por moradia. Sua defesa é obrigatória para todos os que se reivindicam das lutas dos trabalhadores e das liberdades democráticas. Cabe a todas as organizações das massas, todos os partidos e correntes políticas e sindicais que se reivindicam dos trabalhadores, erguer uma campanha em defesa da libertação imediata de Adriano.

É preciso também ajudar coletivamente suas famílias, que agora estão recebendo apenas parte de seu salário, e seu emprego, ameaçado pelos dias de afastamento do trabalho decorrentes da prisão política.

A permanência de Adriano na prisão abre o caminho para que outras prisões políticas possam ser feitas, o que ataca os movimentos, sua organização e as reivindicações das massas. Nossa resposta deve ser a luta política de massa em defesa de sua imediata libertação.

ADRIANO LIVRE JÁ! ●

Aprovada a PEC 66/23 que confisca os aposentados

Derrubar a "PEC da morte" com a luta de classes!

As burocracias sindicais estão a festejar a retirada do artigo 40º (e incisos relacionados) e artigo 3º da PEC 66/23 que obrigava os estados e municípios a adotarem a reforma previdenciária (EC 103/19). Mas, essa será aplicada com ou sem obrigatoriedade porque é política de todos os governos avançar aos confiscos das aposentadorias (a exemplo dos 14% confiscado aos servidores da prefeitura de SP), porque constitui uma peça-chave da política de arrancar mais dos trabalhadores para entregar aos banqueiros e empresários. O Arcabouço Fiscal do governo Lula é o marco que permite avançar a esses ataques.

O objetivo do governo ao retirar o Artigo 40º e o Artigo 3º é o de se desresponsabilizar dos ataques que farão os governos estaduais e municipais, e, ao mesmo tempo, favorecer a aplicação do confisco de salários e aposentadorias aprovado pelo governo federal ao isolar e dividir as lutas, deixando cada direção sindical e categoria se virar sem uma luta unificada nacionalmente contra mais esse ataque.

Se as contrarreformas e ataques aos assalariados e aposentados avançam é devido à colaboração de classes e às traições da burocracia que levam aos trabalhadores a se afundarem na pressão parlamentar ao invés de organizar a luta direta em defesa de direitos e das reivindicações mais sentidas. Essa defesa só pode ser feita passando por cima das manobras dos burocratas e recuperando as organizações de massas para combater a burguesia e os governos com independência de classe e a luta de classes. ●